

## A Influência do ENADE no âmbito das Instituições de Ensino Superior

### The Influence of ENADE within Higher Education Institutions

Sabrina Olimpio Caldas de Castro<sup>1</sup>

Lúcia Helena Gazolla Reis de Souza<sup>2</sup>

Rodrigo Gava<sup>3</sup>

Edson Arlindo Silva<sup>4</sup>

Rafael Morais Pereira<sup>5</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho consiste em compreender a influência do Exame Nacional de Desempenho (Enade) nas Instituições de Ensino Superior (IES), na percepção dos coordenadores dos cursos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Metodologicamente, realizou-se entrevistas com 14 coordenadores de cursos da UFV. Como resultado, verificou-se que a maioria dos entrevistados apontou influências positivas da avaliação. Além disso, identificou-se as principais críticas do exame, as quais são coerentes com as falhas apontadas por autores que, anteriormente, estudaram o Enade.

**Palavras-chave:** Política Pública Educacional; ENADE; Coordenadores de Curso.

**Abstract:** The objective of this work is to understand the influence of ENADE in Higher Education Institutions (HEIs) in the perception of the course coordinators of the Federal University of Viçosa (UFV). Methodologically, it was held 14 interviews with coordinators of courses at UFV. As a result, it was found that the majority of respondents indicated positive influences of the evaluation. Furthermore, we identified the main critiques of the test, which is consistent with the faults mentioned by authors previously studied the ENADE.

**Keywords:** Public Policy Education; ENADE; Course Coordinators.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Administração na Universidade Federal de Viçosa - Departamento de Administração e Contabilidade (DAD/UFV). Bolsista de Iniciação Científica - PROBIC/FAPEMIG.

<sup>2</sup> Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa.

<sup>3</sup> Professor Doutor do Departamento de Administração e Contabilidade – Universidade Federal de Viçosa.

<sup>4</sup> Professor Doutor do Departamento de Administração e Contabilidade – Universidade Federal de Viçosa.

<sup>5</sup> Graduando em Administração na Universidade Federal de Viçosa - Departamento de Administração e Contabilidade (DAD/UFV). Bolsista de Iniciação Científica - PROBIC/FAPEMIG.

## **1. Introdução**

As Instituições de Ensino Superior (IES) surgiram no Brasil com um atraso de três séculos quando comparado com outros países latino-americanos que foram colonizados pelos espanhóis. Esta iniciativa foi resultado da vinda da família real para o solo brasileiro em 1808, que ocasionou, dentre uma série de mudanças no âmbito social, cultural, político e econômico, a criação de alguns cursos voltados para a elite na Bahia e no Rio de Janeiro.

Diversas mudanças no ensino superior foram ocorrendo com o passar dos anos, refletindo as mudanças que ocorriam no setor político nacional. Neste sentido, o golpe de 1964 que instituiu um regime ditatorial no nosso país deve ser destacado. Neste contexto histórico-político, ocorreu a Reforma Universitária, que ocasionou mudanças em muitos aspectos da universidade pública nacional, dentre as quais o início da história da avaliação institucional, ao sujeitar as universidades e os estabelecimentos isolados reconhecidos à verificação periódica pelo Conselho Federal de Educação. Esta ação consistia em uma das condições pré-definidas para o recebimento do financiamento americano.

Na década de 1980, no entanto, a avaliação institucional passou a fazer parte de uma política complementar para a melhoria da qualidade da educação superior brasileira, tornando-se assunto notável no espaço acadêmico (SENA, 2011). Posteriormente, no segundo milênio, com o aumento considerável de Instituições de Ensino Superior, validou-se a necessidade da avaliação institucional para verificar a qualidade da proliferação do ensino.

Com o intuito de efetivar essa verificação, a responsabilidade pelo processo avaliativo foi atribuída ao Estado no primeiro mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao propor a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006) afirmam que cabe ao SINAES permitir que as IES desenvolvam sua gestão tendo como base as informações advindas do processo avaliativo e que utilizem os resultados para enriquecer o seu planejamento, além de subsidiar a construção de políticas internas para a melhoria da educação superior.

O SINAES busca assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Diante dessa complexidade, para garantir a eficiência nas dimensões internas e externas da avaliação, o SINAES utiliza instrumentos diferenciados. Um deles é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que visa a analisar o aprendizado fornecido ao aluno e o efeito do curso nesse processo, procurando identificar o conhecimento agregado ao perfil cultural e profissional do estudante.

Para atingir esse objetivo, cada curso é avaliado em um intervalo de três anos, aplicando simultaneamente, até o ano de 2010, uma única prova aos alunos ingressantes e concluintes, viabilizando a análise do valor agregado. No entanto, a partir da edição de 2011, os estudantes ingressantes passaram a ser avaliados com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo dispensados da realização das provas do ENADE. Assim, o resultado da análise da trajetória do aluno no curso gera um conceito que, segundo Sena (2011, p.63), “orientará as instituições sobre a necessidade de fazer adaptações no ambiente físico, no corpo docente e técnico administrativo ou revisões curriculares”.

Nesta perspectiva, Ristoff (2005) argumenta que para obtenção de êxito no processo avaliativo é necessária a real participação de seus membros, tanto na implantação como na utilização dos resultados. Dessa forma, a devolução dos dados ocorre para que sejam utilizados pelos gestores das instituições como base nas tomadas de decisões para a construção de políticas internas que busquem a melhoria da educação superior no Brasil.

A figura do coordenador de curso se destaca entre estes gestores, visto que é um dos principais agentes da educação na estrutura das IES, possuindo uma função complexa e decisiva na qualidade do curso de graduação, sendo responsável pela operacionalização do projeto pedagógico da unidade de ensino.

Considerando as IES do Brasil, o estado de Minas Gerais se sobressai por possuir o maior número de universidades federais, representando 18,6% do total das existentes no país. Para fins deste estudo, considerou-se a Universidade Federal de Viçosa (UFV) como unidade de análise. Esta instituição foi criada em 1922, pelo então Presidente do estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. No ano de 2012 foi

agraciada como a melhor do país na categoria Meio Ambiente e Ciências Agrárias pelo Guia do Estudante. Ademais, treze dos seus sessenta e sete cursos de graduação foram premiados pelo mesmo guia com cinco estrelas (conceito máximo).

Sendo assim, considerando que a utilização do ENADE na avaliação do ensino superior no Brasil é relativamente nova e exige um investimento financeiro considerável da máquina pública, suas implicações nas IES tornam-se objetos relevantes de estudo. Neste sentido, questiona-se qual a influência deste exame nas IES? A fim de aferir essa questão, as análises deste trabalho estão voltadas à percepção dos coordenadores dos cursos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ressalta-se que os coordenadores são capazes de apresentar informações referentes tanto à influência do exame no âmbito institucional quanto à influência direta nos cursos.

## **2. Avaliação do Ensino Superior no Brasil: traçando cenários**

A avaliação institucional pode ser compreendida como um procedimento que tem por finalidade avaliar a realidade e as relações com a sociedade de uma instituição específica, partindo de determinados critérios e valores, visando à melhoria qualitativa de seus resultados. Segundo Grinspun (2001), deve estar voltada para os processos e resultados das atividades educacionais, sem se desviar da necessidade de observar a participação de cada agente envolvido e o contexto em que a cultura institucional está inserida.

Entre as avaliações institucionais, encontram-se as direcionadas às instituições de ensino superior. Suas modificações, ocasionadas com o passar dos anos, estão diretamente relacionadas às alterações ocorridas nos cenários históricos brasileiros, englobando as transformações no âmbito político, econômico e social.

Nos anos de 1960 destaca-se o plano Atcon, uma das primeiras tentativas oficiais de avaliação das universidades brasileiras. Este plano, com forte influência ideológica norte-americana, buscava controlar a utilização de recursos e gerar uma associação entre investimentos e resultados. As iniciativas seguintes ocorreram na reforma universitária de 1968, no período do governo militar. Apesar de a avaliação institucional não ser vista como foco principal, este período marcou a história do processo avaliativo educacional ao submeter os cursos de pós-graduação a um processo

avaliativo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 1983, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) é criado apresentando um diferencial: “a participação dos professores universitários”. Esse programa teve curta duração em função do momento de transição política vivenciado. Para Sena (2011), o PARU foi idealizado com o intuito de que as IES prestassem contas à sociedade sobre os investimentos realizados pelo setor público, priorizando a gestão das instituições, o processo de produção e disseminação do conhecimento. Ainda, considerava de suma importância a participação da comunidade acadêmica.

No governo de Sarney, foi estabelecido o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), constituído por um professor, um representante do MEC, um ex-reitor, um pesquisador e o então diretor da CAPES. Este grupo elaborou um relatório no qual se destacou a necessidade de avaliar os cursos de graduação de modo semelhante ao processo utilizado na pós-graduação, buscando avaliar o desempenho institucional e a qualidade dos cursos. No entanto, questões como a luta pela redemocratização do país, o recuo econômico que acabou atingindo o financiamento das universidades federais e a discussão a respeito do papel das universidades no processo de reconstrução social resultaram em posições divergentes do movimento docente, dos reitores e do governo sobre a avaliação das universidades.

As discussões se intensificaram a partir de 1990. Neste contexto, em outubro de 1993, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES), em parceria com outras entidades do segmento das universidades brasileiras, elaboraram o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB). Aprovada pelo governo federal, a proposta torna-se uma política pública para a educação superior, preocupada em viabilizar meios de eficiência tanto no financiamento quanto na prestação de contas aos financiadores, a chamada “Política de Accountability” (BARBOSA, FREIRE & CRISÓSTOMO, 2008).

O programa começou a apresentar críticas, dentre as quais o fato de deixar a critério das universidades a opção de participar. Como resultado, em 1996, as verbas para o PAIUB foram cortadas, ainda que, dentre as 57 instituições de ensino superior públicas, 48 houvessem aderido ao programa.

Em 1995, no primeiro mandato do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o governo cria o Sistema Nacional de Avaliação (SNA) e com ele o Exame Nacional de Cursos (ENC), o “PROVÃO”. “O ENC, como política pública, evidencia uma concepção de avaliação controladora e hierarquizada, voltada para a regulação, buscando a competitividade e a comparação dos padrões de excelência” (SENA, 2011, p. 52). Ocorria anualmente com estudantes concluintes de cursos de graduação e era condição obrigatória para a aquisição do diploma. Pelo fato de o resultado ser divulgado pela imprensa nacional, o exame se transformava em instrumento de classificação das instituições e de seus cursos. O ENC vigorou até 2003, com seu processo de funcionamento marcado por posições contrárias ao método utilizado.

Em 2004, durante o primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), institui-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Seu objetivo é garantir o processo nacional de avaliação das IES, de cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. Para dar conta de toda essa complexidade, utiliza três instrumentos: a Autoavaliação, que ocorre internamente com a participação de alunos, professores e demais estudantes; a Avaliação Institucional Externa, realizada por uma comissão de avaliadores designados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que visa a aferir o desempenho dos estudantes (SENA, 2011).

Como se nota, a avaliação do ensino superior tem estado presente no âmbito das políticas públicas no Brasil, passando por modificações de acordo com o cenário político, econômico e social. No tópico seguinte irá ser abordado de forma mais detalhada o ENADE, atual exame para avaliação do desempenho discente de cursos superiores.

### **3. ENADE: atual exame para avaliação do desempenho discente**

O ENADE foi instituído no ano de 2004 como componente do SINAES, permanecendo como atual mecanismo para a avaliação discente e visa:

(...) aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da

evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Relatório de Curso, ENADE, 2009).

Em um primeiro momento, o exame tem como proposta avaliar o valor agregado na trajetória acadêmica do aluno. Em um segundo momento, a proposta é analisar a influência do curso, comparando-o com o mesmo curso em outras instituições. Esse exame “utiliza como parâmetro de análise o quanto a instituição contribui para o aprendizado do aluno ou o efeito do curso nesse aprendizado, procurando identificar o conhecimento que foi reunido ao perfil cultural e profissional do estudante” (SENA, 2011, p. 62).

O exame é constituído por uma avaliação que engloba questões discursivas e de múltipla escolha. Trinta questões são direcionadas para a avaliação de temas específicos da área de formação do aluno, buscando avaliar suas competências, conhecimento e habilidades desde um nível básico ao profissionalizante. Dez questões visam à verificação do grau de seus conhecimentos gerais. Além da prova, os alunos também recebem um questionário que busca coletar informações referentes à percepção do aluno sobre a prova e dados sobre a realidade socioeconômica dos estudantes. Todos os dados obtidos no exame são devolvidos às instituições a fim de servirem de base para a tomada de decisão na busca pelo aperfeiçoamento do ensino e de subsidiar a construção de políticas internas para a melhoria da educação superior.

Submeter todos os cursos anualmente ao exame despenderia muito trabalho e demandaria um alto investimento da máquina pública. Logo, há uma divisão dos diversos cursos em grandes áreas, sendo cada uma submetida à avaliação a cada três anos. Essas áreas são: ciências humanas; exatas; tecnológicas e biológicas e ciências da saúde. O primeiro exame ocorreu em 2004, sendo saúde e agrárias as primeiras áreas examinadas. Neste primeiro ano apareceu o conceito ENADE, gerado através de uma fórmula que atribuía pesos diferentes ao desempenho dos ingressantes e concluintes.

No ano de 2005 as áreas de engenharias e licenciaturas foram avaliadas, mantendo a elaboração do conceito ENADE. Em 2006, a oportunidade foi dos cursos de Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Formação de Professores, Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo. Finalmente, em 2007,

foi possível medir o progresso dos estudantes, visto que neste ano os primeiros cursos avaliados em 2004 foram submetidos a uma reavaliação. Concluiu-se, assim, o primeiro ciclo de avaliação.

A mídia utilizou os resultados obtidos pelo ENADE, desde o ano de 2004 até 2007, para elaborar um ranking das IES que, segundo Brito (2011), utilizou critérios bastante discutíveis. Este exame não foi concebido com o intuito de gerar ranqueamentos e punições. Mesmo assim, em setembro de 2008, o próprio Ministério da Educação divulgou um ranking. Essa atitude fez com que o exame perdesse seu objetivo central (BRITO, 2011).

Em relação ao número de alunos a serem avaliados, até o ano de 2008 a seleção dos participantes ocorria por meio de amostragem probabilística. No entanto, alunos que não fossem selecionados podiam realizar a prova voluntariamente, mas os resultados destes estudantes não constavam nos resultados gerais do grupo. Isso era uma forma de evitar que os alunos que se destacavam nas instituições fossem incentivados a participar das provas, influenciando os resultados.

A partir do ano de 2009, o ENADE tornou-se obrigatório aos alunos de todos os cursos de graduação que se encontram ao final do primeiro e do último ano de curso, avaliando, assim, alunos ingressantes e concluintes. Ademais, a partir da edição de 2011, dispensou-se a participação dos estudantes ingressantes, que passaram a ser avaliados com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para Brito (2011), o ENADE é um exame em larga escala que avalia os itens que constam nas diretrizes curriculares nacionais de determinado curso. Deste modo, o exame é ineficiente na avaliação da ênfase que cada curso possui nas diversas instituições que o oferece. Apesar disso, a autora afirma que o ENADE é uma mudança na maneira de avaliar, caracterizando-o como uma avaliação dinâmica, que busca avaliar o processo e não o produto, gerando um diagnóstico que permite a correção e a superação das dificuldades. A autora complementa com o argumento de que “a avaliação, quando concebida como um processo dinâmico, pode ser usada como referencial para que as Instituições de Educação Superior disponham de evidências empíricas não apenas de suas debilidades, mas também de suas potencialidades e de suas realizações” (BRITO, 2011, p. 841).



Nesta perspectiva, Ristoff (2005) argumenta que para obtenção de êxito no processo avaliativo é necessária real participação de seus membros tanto na implantação como na utilização dos resultados. Logo, entre os possíveis utilizadores dos resultados gerados pelo ENADE, encontram-se os coordenadores de curso, que terão suas atribuições detalhadas no tópico seguinte.

#### **4. Atribuições dos coordenadores de cursos**

As Coordenações de Cursos surgiram com o intuito de substituir os Conselhos Técnicos Administrativos e Congregações, visando a adequar as IES às imposições legislativas resultantes da Reforma Universitária de 1968.

Segundo Silva (2002), o coordenador de curso, além de integrar o colegiado, é um gestor na unidade de ensino. A autora define sua atuação em dois eixos básicos: em um primeiro eixo está a orientação e atendimento ao aluno, acompanhando a sua aprendizagem, auxiliando na montagem do seu plano de estudos e acompanhando a sua inserção no mercado de trabalho; no segundo eixo, encontra-se a operacionalização do projeto pedagógico na sua unidade de ensino, monitorando e avaliando o desempenho de professores, a disponibilidade de acervo bibliográfico, equipamentos, laboratórios, atividades de extensão e pesquisa para o curso.

O segundo eixo, decisivo para a qualidade do curso, engloba a interface com chefias de departamentos, pró-reitoria de graduação, direção de unidade de ensino e professores para a operacionalização do curso de graduação. Neste sentido, os coordenadores são responsáveis por solicitar às chefias de departamentos a designação, e substituição quando necessário, de professores do próprio departamento, como também de outros departamentos que complementam a formação dos estudantes e que estão na grade curricular do respectivo curso. Também possuem a função de propor para a direção da Unidade de Ensino projetos de qualificação para professores e melhorias em laboratórios, aumento do acervo bibliográfico e necessidades na infraestrutura física.

O coordenador de curso é um dos principais gestores da educação na estrutura das IES. Segundo Silva (2002), é responsável por intervir para aperfeiçoar os processos de aprendizagem nas graduações devido às suas atividades funcionais, dentre as quais: direção/supervisão do ensino; acompanhamento da execução dos planos de aula e

avaliação da produtividade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é responsável pela operacionalização do projeto pedagógico da unidade de ensino. Sendo assim, possui uma função complexa e decisiva na qualidade do curso de graduação.

Para Andrade (2001), os coordenadores de cursos de graduação podem ser considerados gestores de oportunidades ao assumirem o gerenciamento das potencialidades internas e externas, inclusive indicadores de gestão, de qualidade e de desempenho para incrementar as mudanças. Para Motta (1999), o condutor de mudanças tem a responsabilidade de lidar com as alternativas, informações, comparações e exemplos. O autor ressalta a importância de gerenciar o hiato entre a percepção da realidade vivida e a promessa da nova ordem, lidando com os fatores inibidores e facilitadores da mudança, dentro de um contexto organizacional específico, sabendo mobilizar recursos necessários e superar as resistências.

Logo, os coordenadores são gestores nas IES e, como tais, necessitam de dados para se apoiarem em suas tomadas de decisões. Neste sentido, o ENADE é um meio possível para a obtenção de informações úteis à gestão dos coordenadores. A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização da pesquisa realizada.

## **5. Definições metodológicas**

A fim de atingir o objetivo proposto, classificou-se esta pesquisa com um caráter qualitativo, visto que procura captar a percepção dos coordenadores de modo prioritariamente interpretativo. Segundo Weiss (1998), os métodos qualitativos atribuem vantagens aos pesquisadores, dentre as quais a especial sensibilidade à influência do contexto e a flexibilidade perspectiva.

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa é classificada, de acordo com a taxionomia apresentada por Vergara (2005), como descritiva. Quanto aos fins, expõe características de determinada população ou fenômeno, sendo este a utilização do ENADE na gestão dos cursos de graduação de IES da cidade de Viçosa. Já em relação aos meios, o levantamento de dados foi obtido por acesso a dados primários, coletados através de entrevistas realizadas a partir de roteiros, aplicadas a catorze coordenadores

de cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), participantes de alguma edição do ENADE.

Para a análise dos dados utilizou-se recortes semânticos e linguísticos, considerando trechos e palavras pontuais, partindo dos pressupostos levantados por Bardin (1991). Souza (2013) apresenta como características deste método a disponibilidade de o entrevistado transmitir as informações necessárias e o pequeno grau de controle do entrevistador perante a situação da coleta de dados.

No que tange às definições construtivas e operacionais, optou-se por categorizar os dados em três etapas. Ressalta-se que os resultados alcançados foram embasados na percepção dos coordenadores de curso da UFV. A primeira etapa se constituiu na apreensão da influência do ENADE no cotidiano da instituição em análise; a segunda abordou a influência do exame na gestão dos cursos e, por fim, buscou-se identificar as principais críticas relacionadas ao exame.

## 6. Influência do ENADE no cotidiano das IES

Os resultados do ENADE são devolvidos às instituições em forma de relatórios com o intuito de orientar as instituições sobre a necessidade de realizar melhorias no ambiente físico, no corpo docente e técnico administrativo ou revisões curriculares (SENA, 2011). Sendo assim, o objetivo do exame é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil.

Os resultados obtidos na averiguação da percepção dos coordenadores com relação à real influência do exame no cotidiano de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) encontram-se discriminados na tabela 1:

Tabela 1 – Influência do ENADE no cotidiano da IFES

	Positiva	Negativa	Nenhuma
No cotidiano da IES	C1, C2, C3, C4, C5, C8, C9, C10, C13, C14	C11	C6, C7, C12
Percentual	71,43%	7,14%	21,43%

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa, 2013.

A preocupação com os processos e resultados deve fazer parte da cultura da avaliação de qualquer IES (RISTOFF, 2005). Entretanto, como apresentado na tabela 1, o coordenador C11 não atribui influências benéficas do exame à instituição, uma vez que, segundo ele, “principalmente no que se refere à inscrição dos alunos, aumenta o trabalho das coordenações e pró-reitorias”. O entrevistado aponta, assim, um aspecto negativo dessa avaliação.

Além disso, verificou-se, através da análise das falas dos entrevistados, que 21,43% da amostra não identifica influência do exame nas IFES. O ENADE, como um processo de avaliação, não detém atenção na IES pública, provavelmente porque seu histórico de desempenho é superior nas privadas. Logo, não é considerada a necessidade de análise dos resultados. No que se refere às instituições de caráter privado, no entanto, os coordenadores buscam o aprimoramento e melhoramento, pela ênfase mercadológica e preocupação com a projeção da mídia em ranquear cursos e instituições através deste exame (SENA, 2011). A afirmação desta autora se relaciona com a visão do coordenador C7:

Acho que esse exame veio como uma forma de reflexão sobre os cursos que temos dados, embora ache que o ENADE tem maior impacto nas instituições privadas. Acho que no quadro das IFES públicas estamos na fase burocrática, quem faz e quem não faz ENADE pela questão da inadimplência. Usar os dados obtidos em ações de melhoria ainda vai demorar, mesmo porque o ensino público ainda é bom (C7, 2013).

Em contrapartida, identificaram-se influências positivas na percepção de 71,43% dos entrevistados. Visto que a avaliação institucional objetiva observar o desenvolvimento da instituição e pretende melhorar a qualidade do ensino oferecido (GRINSPUN, 2001), a visão do coordenador C3 se refere a essa proposta do exame:

Acredito que os resultados do ENADE tem possibilitado o estabelecimento de políticas e prioridades para a melhoria do ensino. Como exemplo podemos citar os editais lançados pelo MEC que têm como objetivos a melhoria dos cursos de Licenciatura, especialmente em Ciências (Biologia, Química, Física e Matemática) (C3, 2013).

Por fim, C14 afirma também que “as instituições estão atentando mais para as questões envolvendo o ensino. E os estudantes, sabendo que estão participando de uma avaliação institucional a nível nacional, também estão se esforçando mais” (C14, 2013). Segundo Marchelli (2007), os atores envolvidos no processo avaliativo de uma instituição, sendo estes os estudantes, professores, corpo administrativo acadêmico e não acadêmico, setores governamentais, entre outros, devem estabelecer uma contínua

melhoria como forma de construir um compromisso institucional com os padrões de qualidade. Logo, é perceptível a importância atribuída por este coordenador e pela autora à avaliação para a educação superior e ao processo de reconfiguração dela na instituição. Após essa abordagem, considerando todo o contexto institucional, a seção seguinte destina-se à análise da influência do exame especificamente na gestão dos cursos.

## 7. Influência do ENADE na gestão de recursos

O êxito no processo avaliativo, segundo Ristoff (2005), depende da real participação dos envolvidos tanto na implantação como na utilização dos resultados. Dentre os gestores na instituição de ensino que podem utilizar os resultados do ENADE para a tomada de decisão em seu efetivo gerenciamento, encontram-se os coordenadores, sujeitos de pesquisa deste trabalho. Os resultados obtidos na investigação referente à utilização dos resultados do exame na gestão dos cursos de graduação são expressos na tabela 2:

Tabela 2 – Influência do ENADE na Gestão dos Cursos

	Positiva	Negativa	Nenhuma
<b>Na gestão dos cursos</b>	C1, C2, C3, C4, C6, C7, C9, C10, C13, C14	-	C5, C8, C11, C12
<b>Percentual</b>	71,43%	-	28,57%

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa, 2013.

Os coordenadores de cursos são um dos principais gestores da educação na estrutura da IES, visto que possuem uma função complexa e decisiva na qualidade do curso de graduação, sendo responsáveis pela operacionalização do projeto pedagógico da unidade de ensino. Sendo assim, devem assumir o gerenciamento das potencialidades internas e externas, inclusive indicadores de gestão, de qualidade e de desempenho para incrementar as mudanças. Neste sentido, conclui-se que 71,43% dos entrevistados apontam os resultados do ENADE como fonte de dados para a tomada de decisão no que tange à gestão dos cursos de graduação.

Destarte, segundo Andrade (2001), o coordenador do curso pode ser considerado um gestor de oportunidades, responsável por conduzir mudanças. Ainda, para Motta (1999), o condutor de mudanças tem a responsabilidade de lidar com as alternativas, informações, comparações e exemplos. Nesta perspectiva, o coordenador C1 afirma que “apesar de constituir um instrumento pouco robusto na qualificação dos cursos, torna-se um indicador para os gestores analisarem e redirecionarem as ações de seus cursos”.

Ademais, Motta (1999) aborda a importância de gerenciar o hiato entre a percepção da realidade vivida e a promessa da nova ordem, lidando com os fatores inibidores e facilitadores da mudança, dentro de um contexto organizacional específico, sabendo mobilizar recursos necessários e superar as resistências. Neste aspecto, a contribuição do ENADE na gestão de cursos é evidenciada na fala do coordenador C7, pois, segundo este, os dados permitem “atualizar matrizes curriculares, verificar necessidade de novos conteúdos, corrigir rumos”.

Segundo Silva (2002), o coordenador de curso, além de integrar o colegiado, é um gestor na unidade de ensino. A autora define sua atuação em dois eixos básicos. Em um primeiro eixo está a orientação e atendimento ao aluno, acompanhando a sua aprendizagem, auxiliando na montagem do seu plano de estudos e acompanhando a sua inserção no mercado de trabalho. Considerando que o ENADE objetiva averiguar o aprendizado fornecido ao aluno e o efeito do curso nesse processo, procurando identificar o conhecimento agregado ao perfil cultural e profissional do estudante, o exame propicia informações para a tomada de decisão neste eixo de atuação dos coordenadores no que se refere ao acompanhamento da aprendizagem do aluno. Este fato é expresso na fala do coordenador C11 ao afirmar que “é interessante saber como os alunos melhoram o desempenho do início ao final do curso”.

De acordo com a autora supracitada, no segundo eixo, encontra-se a operacionalização do projeto pedagógico na sua unidade de ensino, monitorando e avaliando o desempenho de professores, a disponibilidade de acervo bibliográfico, equipamentos, laboratórios, atividades de extensão e pesquisa para o curso. A fala do coordenador C14 expressa a possibilidade de utilizar os dados do ENADE para as decisões deste eixo:

O bom rendimento dos estudantes do curso no ENADE é um dos objetivos no plano de gestão, de maneira que, para atingir tal objetivo, outros fatores

como: revisão e atualização dos conteúdos das disciplinas, melhoria das aulas (uso de informática e mídia), melhoria dos laboratórios, treinamento do pessoal, orientação estudantil, etc., também devem ser considerados (C14, 2013).

Sendo assim, nota-se que o ENADE pode atuar como um facilitador tanto do acompanhamento pedagógico quanto de decisões de cunho administrativo que devem ser tomadas pelos coordenadores dos cursos. No entanto, o exame apresenta aspectos a serem melhorados, visto que constitui alvo de críticas, na perspectiva dos entrevistados, as quais são expressas na seção seguinte.

## **8. Principais críticas ao ENADE**

O ENADE busca nortear o aprimoramento da qualidade da educação superior, propondo realizar um levantamento de dados sobre a trajetória acadêmica dos estudantes ao longo do curso. A mídia, no entanto, utiliza os resultados obtidos pelo ENADE para elaborar um *ranking* das IES. Segundo Brito (2011), essa atitude faz com que o exame perca seu objetivo central. A classificação dos cursos é abordada por este e outros autores como um aspecto negativo do exame. Na visão do coordenador C1, tal fato “cria situações irreais no ranking dos cursos quando se divulgam somente os resultados do ENADE sem considerar aspectos institucionais: condições de oferecimento do curso, qualidade do corpo docente, etc.” (C1, 2013).

Além disso, para C2, o exame “cria uma tensão a mais para os estudantes. Pode apresentar conteúdo de prova com recorte muito particular e com isso prejudicar bons alunos, desfigurando o resultado” (C2, 2013). Tal fala aponta outra crítica ao ENADE, também abordada por Brito (2011), se referindo ao fato de avaliar os itens que constituem as diretrizes curriculares nacionais de determinado curso, sendo este um método ineficiente por não considerar a ênfase que cada curso possui nas distintas instituições que o oferecem.

Outro entrevistado, o C11, questiona a efetividade na elaboração das questões específicas ao afirmar que estas “não se adéquam nem aos conteúdos das diretrizes nacionais dos cursos, elaboradas pelo próprio MEC” (C11, 2013).

Ademais, a prova é componente curricular obrigatório nos cursos de graduação, sendo registrada no histórico escolar do estudante a situação regular com relação a essa

obrigação. Dessa forma, se comprova sua real participação ou, em caso de necessidade, a dispensa oficial elaborada pelo Ministério da Educação. Sendo assim, como a nota do curso depende do desempenho dos estudantes que, muitas vezes realizam a prova desmotivados pela obrigatoriedade, os resultados podem ser comprometidos. Logo, a avaliação deve ser incorporada à rotina institucional como forma de avançar na qualidade da educação e não como uma obrigatoriedade (SOUZA, 2013).

Diante disso, o caráter obrigatório do ENADE também é abordado como um aspecto negativo pelo coordenador C13, pois, segundo este, “como o exame se propõe a avaliar o curso e não o desempenho individual, muitos estudantes não se preocupam com o seu desempenho na prova do ENADE” (C13, 2013). O coordenador C8 reitera que “como o resultado da prova não tem maiores consequências para os alunos, sempre há aqueles que descarregam sua revolta na prova, com o intuito de prejudicar o curso (com os quais eles estão revoltados) – isso prejudica a medida” (C8, 2013).

Por fim, é interessante ressaltar que os aspectos negativos levantados pelos coordenadores referentes ao ENADE, assim como as influências deste no cotidiano das IFES e na gestão dos cursos, apresentam relação contrária ou coerente com os autores que analisaram o exame, como evidenciado na tabela 3.

Tabela 3 – Análise comparativa

<b>Categorias</b>	<b>Autores</b>	<b>Aspecto</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>Relação</b>
<b>Influência do ENADE no cotidiano da IFES</b>	RISTOFF (2005)	Cultura da Avaliação	C11	Contrária
	SENA (2008)	Utilização dos dados do exame pelas IFES	C7	Coerente
	GRINSPUN (2001)	Contribuição para a melhoria do ensino	C3	Coerente
	MARCHELLI (2007)	Envolvimento dos autores	C14	Coerente
<b>Influência do ENADE na gestão dos curso</b>	MOTTA (1999)	Dados para a tomada de decisão	C1, C7	Coerente
	SILVA (2002)	Acompanhamento da aprendizagem do aluno	C11	Coerente
	SILVA (2002)	Operacionalização do Projeto pedagógico	C14	Coerente
<b>Principais críticas ao exame</b>	BRITO (2008)	<i>Ranking</i>	C1	Coerente
	BRITO (2008)	Questões com recorte Específico	C2	Coerente
	SOUZA (2013)	Obrigatoriedade do exame	C8, C13	Coerente

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa, 2013.



Através do quadro apresentado, nota-se que a perspectiva empírica evidenciada pelos entrevistados corrobora com as teorias consideradas para a realização deste estudo. Ressalta-se que apenas um entrevistado apresentou uma perspectiva contrária em relação ao aspecto Cultura da Avaliação, atribuindo à realização do ENADE apenas um aumento das demandas de trabalho da administração superior (coordenações e pró-reitorias). Na seção subsequente serão apresentadas as principais conclusões obtidas com a realização deste estudo.

## 9. Considerações finais

O ENADE, um dos instrumentos utilizados pelo SINAES, consiste em uma política pública educacional relativamente nova, que exige um investimento financeiro considerável da máquina pública. Sendo assim, este trabalho buscou identificar a influência dos seus dados na UFV por meio da percepção dos coordenadores dos cursos, uma vez que estes são capazes de apresentar informações referentes tanto à influência do exame no âmbito institucional quanto à influência deste nos cursos.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, categorizaram-se os dados em três etapas. A primeira etapa se constituiu na apreensão da influência do ENADE na instituição em análise a partir da percepção dos coordenadores de curso, visto que estes, segundo Silva (2002), possuem uma função complexa e decisiva na qualidade do curso de graduação. Como resultado, verificou-se que, dentre os 14 entrevistados, 10 apontaram influências positivas do exame no cotidiano da instituição, dentre as quais o incentivo para o estabelecimento de políticas e prioridades para a melhoria do ensino, além de incentivar uma maior participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

Em relação à segunda etapa, que abordou a influência do exame na gestão dos cursos, identificou-se que 10 coordenadores apontaram os resultados do ENADE como fonte de dados para a tomada de decisão no que tange à gestão dos cursos de graduação. Dentre essas possibilidades, destacam-se o uso dos resultados para a atualização das matrizes curriculares, acompanhamento do desempenho do estudante ao longo da graduação e a possibilidade de melhorar a infraestrutura da IES.

Por fim, foram levantadas as principais críticas relacionadas ao ENADE, sendo estas: o uso dos resultados para a elaboração de *rankings* das IES, a elaboração de

questões com recorte específico e a obrigatoriedade dos alunos realizarem a prova. Observou-se que essas críticas, identificadas a partir da percepção dos coordenadores, são coerentes com as falhas apontadas por autores que, anteriormente, estudaram o exame.

No que diz respeito às limitações do presente estudo, estas se referem principalmente ao fato de ter sido considerada para esta pesquisa apenas a percepção dos coordenadores. Logo, sugere-se novos estudos voltados a captar a visão de demais agentes atuantes no âmbito acadêmico, como estudantes e Pró-Reitores de graduação. Ademais, a fim de avaliar a efetividade do ENADE como uma política pública de ensino, faz-se necessário considerar também a percepção dos formuladores dessa política, dos membros da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e de outros estudiosos da área.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.O.B. O Papel do Coordenador de Curso de Graduação em Administração. In TACHIZAWA, T. 7 & ANDRADE, R.O.B. **Gestão de Instituições de Ensino**. 2ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. P. 159 a 165.

BARBOSA, C. G.; Freire, S. F.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos Indicadores de Gestão das IFES e o desempenho discente no Enade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP. v. 16, n. 2, p. 841-850, nov. 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRITO, M. R. F. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP. v. 13, n. 3, p. 317-334, jul. 2011.

GRINSPUN, M. P. S. Z. Avaliação institucional. Avaliação e políticas públicas em educação. Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v.9, n.31, p. 223-236, abr/jun. 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório de curso**. ENADE. UFV/Administração. 2009. Disponível em: <<http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

MARCHELLI, P. S. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: v. 15, p. 351-372, n. 56, jul./ set. 2007.

MOTTA, Paulo R. **Transformação Organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C.M.; BARREYRO, G.B. Sinaes: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

SENA, L. C. M. **Repercussões dos resultados do Enade (2008) na licenciatura em pedagogia: O Caso do Distrito Federal**. Monografia em licenciatura em Pedagogia. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011.

RISTOFF, DILVO I. Avaliação institucional: pensando princípios. In: BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (Org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**, 3ª ed. São Paulo: Cortez, p. 291-310, 2005.

SILVA, M. G. R. **Competências Gerenciais dos coordenadores e orientadores do cursos de graduação em administração de empresas: um estudo de caso na Universidade de Caxias do Sul**. 378f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SOUZA, L. H. G. R. **Políticas públicas em educação superior no Brasil: análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, na perspectiva do modelo do ciclo político**. F. 125-136. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WEISS, C. **Evaluation: methods for studying programs and policies**. Cambridge: Havard University, 1998